



CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL – COPAM
ATA DA 95ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA UNIDADE REGIONAL COLEGIADA
TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA

Local: Sede Regional Sisema – Pç. Tubal Vilela, 03, Centro - Uberlândia/MG
Datas: 14/12/2012 às 09:00 hs

Aos 14 (quatorze) dias do mês de dezembro do ano corrente, realizou-se na Sede Regional Sisema - Uberlândia/MG, logradouro acima transcrito, a nonagésima quinta reunião ordinária do Conselho Estadual de Política Ambiental, Unidade Regional Colegiada Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Estiveram presentes os seguintes conselheiros: Dra. Silvia Cristiane Lacerda, suplente da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD; Sr. Alexon do Prado Conde, 2º suplente da Secretaria de Estado e Desenvolvimento Econômico – SEDE; Sra. Patricia Metz Peixoto, 1º suplente da Secretaria de Transportes e Obras Públicas – SETOP; Sr. Tem PM. Carlos Alberto Matias de Abreu, 1º suplente da Polícia Militar de Minas Gerais; Sr. Carlos Alberto Valera, titular da Procuradoria Geral de Justiça - PGJ; Sr. Hélio Francisco Queiroz, 1º suplente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais – IBAMA; Sr. Eustáquio Sidnei Milanez Júnior, 1º suplente da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana – SEDRU; Sra. Raquel Mendes Carvalho, 2ª suplente da prefeitura municipal situada na área de abrangência da URC; Sr. Marcelo Oliveira Guimarães, 2º suplente do Comitê de Bacia dos Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba, Sr. Thiago Alves do Nascimento, 2º suplente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG; Sr. Marco Tulio Machado Borges Prata, 2º suplente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais – FAEMG; Sr. José Divino Melo, titular da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais - FETAEMG; Sr. Fábio Pergher, titular da Federação das Associações Comerciais, Industriais, Agropecuárias e de Serviços do Estado de Minas Gerais – FEDERAMINAS; Sr. Fernando Ruas Machado e Sra. Simone Naves Bernardes Costa, titular e 2ª suplente da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária – ABES; Sra. Nathalia Cristine Araújo, titular da Organização para a Proteção Ambiental – OPA; Sr. Natal Junio Pires, 2º suplente do Centro Federal de Educação Tecnológica de Araxá – CEFET /MG; Sr. Reginaldo de Camargo, titular da Universidade Federal de Uberlândia - UFU. SILVIA (PRESIDENTE) - Bom dia a todos, daremos início neste momento a nonagésima quinta reunião ordinária da URC Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, 14 de dezembro de 2012, daremos início as nove e quinze da manhã. Para darmos início a reunião, executaremos o hino nacional. **Item 1 - Execução do Hino Nacional Brasileiro. Item 2 - Abertura pelo Secretário de Estado Adjunto de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Presidente da URC Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, Dr. Danilo Vieira Júnior.** Gostaria de dar as boas vindas a três novos conselheiros, o conselheiro Eustáquio Sidnei Milanez Júnior, representante da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana – SEDRU; conselheiro Fernando Ruas Machado, Associação Brasileira de Engenharia Sanitária – ABES; e o conselheiro Alexon do Prado Conde, representante da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico. Eu gostaria de dar um aviso aos senhores conselheiros que desde o dia 1º de outubro de 2012 já está em vigor o novo regimento do COPAM, e pelo novo regimento a ausência da entidade por duas reuniões



consecutivas ou quatro alternadas na mesma estrutura colegiada durante o mandato implicará automaticamente a suspensão das competências previstas no regimento por três meses. Então os conselheiros fiquem atentos com a presença, com as participações nas reuniões e caso tenham essas faltas, vocês serão suspensos por três meses e se houver reincidência nessa suspensão a instituição será desligada do conselho, só para alertar os senhores conselheiros. Neste momento eu passo a palavra para os senhores conselheiros. **Item 3 - Comunicado dos Conselheiros e Assuntos Gerais.** RAQUEL (Prefeitura de Uberlândia) - Bom dia a todos, como agora está junto comunicado dos conselheiros com assuntos gerais, eu quero deixar aqui meu agradecimento, hoje é minha última reunião como representante da prefeitura, e agradecer a todos os conselheiros e principalmente a equipe da SUPRAM que me ajudou muito e que me ensinou muito e graças ao que eu aprendi aqui é que eu vou conseguir conduzir o CODEMA e desejar que vocês continuem fazendo um belo trabalho como vocês fizeram até aqui. Obrigada. SIMONE (ABES) – Bom dia, eu quero reiterar o que a Silvia já havia feito, apresentar o Fernando Ruas que só mudou de posição na mesa, e hoje ele é conselheiro da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária, e hoje ele vai tomar acento a mesa. Bom dia e obrigada. MOISES (FETAMEG) – Só gostaria de edificar aqui nos assuntos gerais uma questão que eu levantei no início do ano, eu protocolei um pedido para secretaria de normas do SISEMA, em relação à questão dos catetos e até hoje nós não tivemos, eu pelo menos não tive, nenhuma resposta disso. O que está acontecendo? As informações que eu tive nos últimos dias é que a praga está cada vez pior aqui na região do triângulo. Pequenos agricultores familiares hoje não estão produzindo mais nem mandioca nas suas pequenas lavouras, porque estão todas sendo destruídas por essa praga. Além das áreas de APP que estão sendo destruídas se alguém for lá e arrancar uma minhoca na beirada do rio ou do “corgo” é multado. Agora os catetos estão destruindo tudo assoreando rios, e o setor de normas da Secretaria Estadual de Meio Ambiente sabendo disso até hoje não providenciou nada. A exemplo já do que aconteceu no Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, foi estabelecido normas para realmente tentar eliminar essa praga. Acho que nós devemos, eu estou colocando aqui para constar em ata, para que a secretaria realmente tome providência, porque se as coisas assim permanecerem o campo não vai produzir mais alimentos não. NÃO SE IDENTIFICOU - Eu só queria complementar o depoimento do conselheiro Moisés, mais na verdade são javalis, que estão dando javaporcos, mas os javalis lá são uma espécie exótica, mal introduzidas, mal controladas e que estão causando de fato um desastre muito grande, a própria lei restringe o controle desses animais e em 2010 como parte da fauna brasileira ele é um javali, foi introduzido...CORTE NO AUDIO...HELIO (IBAMA) – Eu gostaria de sugerir com relação a colocação do companheiro que colocou isso por escrito desde o início do ano, que coloque isso para o IBAMA de Belo Horizonte e de Brasília, penso até que seria interessante através do COPAM, pois este realmente é um problema muito serio que está afetando, precisa tomar uma atitude e precisa chegar essa reclamação no IBAMA, sendo necessário que isso chegue ao IBAMA de uma maneira formal, para que chegue na mão de quem vai decidir para ver se tem alguma posição. Essa é minha colocação de mandar por escrito para o IBAMA de Belo Horizonte e Brasília. Obrigado. MOISES (FETAEMG) – Realmente foi o Javali mesmo, desculpe a colocação, que eu protocolei um pedido em relação a ele, porque existe uma disputa de quem é competente para tratar desse assunto, se é a Secretaria Estadual de Meio Ambiente ou se é o IBAMA. Isso aconteceu no Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul, de quem seria competente para estabelecer normas sobre isso, e sabendo disso, das dificuldades eu protocolei junto com a superintendência um pedido para



que a Secretaria Estadual de Meio Ambiente através da Secretaria de Normas estabelecesse algo em relação a isso, chamasse o IBAMA e os órgãos competentes para discutir uma forma de controlar ou eliminar essa praga. Por que na forma que está hoje, eles aprenderam que na região de São Lourenço, eles aprenderam a comer raiz de aroeira, se qualquer agricultor cortar aroeira vai para cadeia, agora a raiz da aroeira está sendo um bom aperitivo para eles. Diante das queixas que tivemos eu protocolei junto a Secretaria de Estado de Meio Ambiente uma forma de resolver, estabelecer algumas normas em relação a isso e até agora nada. SILVIA (PRESIDENTE) – Senhores conselheiros e conselheiro Moisés, não existe a disputa de competência, a competência já está definida, a competência é do estado só que o estado ainda não está preparado ou estruturado para receber e fazer esse tipo de autorização. Então já existe uma conversa da própria secretaria com IBAMA, o que a gente pode trazer na próxima reunião da URC e algumas informações sobre o que essa conversa já tem produzido nas duas instituições. Mas a competência é do Estado de Minas Gerais. Vocês devem ter observado que na mesa de vocês foi deixado um DVD, com relatório de Sustentabilidade de Minas Gerais de 2010 e 2011 e esse material é para que vocês possam ter conhecimento das ações desenvolvidas pela nossa secretaria. Com relação à conselheira Raquel no final o Rodrigo fará os agradecimentos. Mais algum comunicado senhores conselheiros? Então passamos neste momento ao item 5, porque o **item 4 - Exame da Ata da 94ª RO de 09/11/2012**, a ata não ficou finalizada, ela não está pronta então o julgamento da ata da 94ª reunião e da 95ª na próxima reunião da URC em fevereiro. **Item 5 - Processos Administrativos para exame da Licença Prévia concomitante com a Licença de Instalação: 5.1 Irene Castanho Martins e Outro - Avicultura de corte e reprodução - Uberlândia/MG - PA/Nº 08134/2012/001/2012 - Classe 4 - Apresentação: Supram TMAP. RETIRADO DE PAUTA em 09/11/2012. NÃO HOUVE DESTAQUE. 5.2 Companhia de Bebidas das Américas Ltda. - AMBEV - Fabricação de cervejas, chopes e maltes - Uberlândia/MG - PA/Nº 23434/2012/001/2012 - Classe 3 - Apresentação: Supram TMAP. NATHALIA (OPA) e Ministério Público solicitaram destaque. 5.3 Lindomar Martins de Deus - Avicultura de corte e reprodução, bovinocultura de corte e leite e cultura de cana-de-açúcar - Tupaciguara/MG - PA/Nº 20219/2011/001/2012 - Classe 4 - Apresentação: Supram TMAP. Não houve destaque. Item 6 - Processo Administrativo para exame da Licença de Instalação Corretiva: 6.1 Laticínios Dona Beja Ltda. - Preparação do leite e fabricação de produtos laticínios - Araxá/MG - PA/Nº 00245/1996/005/2012 - Classe 3 - Apresentação: Supram TMAP. FERNANDO (ABES) e Ministério Público solicitaram destaque. Item 7 - Processo Administrativo para exame da Licença de Instalação Corretiva - Ampliação: 7.1 Laticínios União Total Ltda. - Resfriamento e distribuição de leite, preparação do leite e fabricação de produtos laticínios - Ibiá/MG - PA/Nº 05749/2006/003/2012 - Classe 4 - Apresentação: Supram TMAP. FERNANDO (ABES) – Destaque. Item 8 - Processo Administrativo para exame da Licença de Operação: SILVIA (PRESIDENTE) – Gostaria de fazer uma correção que esse processo é um processo de licença de operação corretiva. 8.1 Joaquim Menezes Ribeiro da Silva - EPP - Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil, obras de infraestrutura e estradas para transporte de minério/estéril - Uberlândia/MG - PA/Nº 00135/2000/004/2012 - DNPM 830.708/1999 - Classe 3 - Apresentação: Supram TMAP. Ministério Público solicitou destaque. Item 9 - Processo Administrativo para exame da Licença de Operação - Ampliação: 9.1 Usina Uberaba S.A. - Posto revendedor de combustíveis - Uberaba/MG - PA/Nº 01962/2003/008/2012 - Classe 5 - Apresentação:**



Supram TMAP. Não houve destaque. **Item 10 - Processos Administrativos para exame da Licença de Operação Corretiva: 10.1 José Hiroiti Okuiama/Lote 28 PADAP - Horticultura, culturas anuais, cafeicultura, beneficiamento primário de produtos agrícolas e silvicultura - Rio Paranaíba/MG - PA/Nº 12965/2005/001/2011 - Classe 3 - Apresentação: Supram TMAP. Não houve destaque. 10.2 Novo Visual Manufatura Ltda. - Fabricação de outros artigos de plástico, borracha, madeira ou outros materiais (exclusive metais), não especificados ou não classificados - Uberaba/MG - PA/Nº 25916/2011/001/2012 - Classe 3 - Apresentação: Supram TMAP. Não houve destaque. 10.3 Indústria e Comércio de Laticínio Shalom Ltda. - Preparação do leite e fabricação de produtos laticínios e Resfriamento e distribuição de leite - Patrocínio/MG - PA/Nº 01143/2004/003/2012 - Classe 3 - Apresentação: Supram TMAP. FERNANDO (ABES) solicitou destaque. 10.4 Central Beton Ltda. - Usina de produção de concreto comum - Patos de Minas/MG - PA/Nº 00245/2005/002/2012 - Classe 3 - Apresentação: Supram TMAP. Destaque SUPRAM. 10.5 Central Beton Ltda. - Usina de produção de concreto comum - Uberaba/MG - PA/Nº 00157/1993/005/2012 - Classe 3 - Apresentação: Supram TMAP. Destaque SUPRAM. 10.6 A Limpar Locação de Máquinas e Equipamentos Ltda. - Transporte rodoviário de resíduos perigosos - classe I - Uberlândia/MG - PA/Nº 13862/2012/001/2012 - Classe 3 - Apresentação: Supram TMAP. Não houve destaque.**

Item 11 - Processo Administrativo para exame de Revalidação da Licença de Operação: 11.1 Ildomar José Franco Pereira e Outro/Fazenda São Lourenço - Suinocultura (crescimento e terminação), culturas anuais e criação de bovinos de corte (extensivo) - Ituiutaba/MG - PA/Nº 12199/2005/002/2012 - Classe 3 - Apresentação: Supram TMAP. Não houve destaque.

Item 12 - Processo Administrativo para exame de Adendo a Licença de Operação Corretiva: 12.1 Usina Alvorada Açúcar e Álcool Ltda. (Ex-Cia Açucareira Araporã) - Fabricação e refinação de açúcar, destilação de álcool e postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas e postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de avião - Araporã/MG - PA/Nº 00021/1981/014/2009 - Classe 6 - Apresentação: Supram TMAP. Destaque da SUPRAM e Ministério Público. SILVIA (PRESIDENTE) – Então senhores conselheiros, neste momento nós iremos colocar em votação os processos que não tiveram destaque. Itens 5.1; 5.3; 10.2; 10.6; 11.1, os senhores conselheiros que concordarem com os pareceres permaneçam como estão ou manifestem voto contrário. Processos aprovados. Neste momento então, faremos os destaques. Processo 5.2 Companhia de Bebidas das Américas Ltda. - AMBEV – destaque do Ministério Público. NATHALIA (OPA) – Em análise do processo da AMBEV, eu verifiquei algumas coisas, a gente fez algumas análises, é um processo de um empreendimento de baixo impacto sim, é uma captação que foi considerada de baixo impacto também só que a gente tem que verificar que essa bacia do Araguari ela tem uma série de demandas futuras e uma série de projeções para essa bacia. Então por mais que seja um empreendimento que foi classificado como de baixo impacto, eu acredito que o comitê do Araguari e agora do Paranaíba também deveriam ser ouvidos, esse processo deveria passar pelas normas técnicas de outorga desses comitês que já estão estabelecidos. Então eu acho que seria muito interessante porque a gente já tem a outorga que está sendo dada pelas usinas, Miranda, agora está em processo de avaliação a Amadora Aguiar, temos alguns usos na bacia com relação tanto ao turismo que Miranda é muito forte, temos algumas atividades agropecuárias na região e futuramente tem a questão do abastecimento público de Uberlândia que já foi uma coisa que está sendo anunciada. Então assim, é uma bacia que vai ter uma demanda maior, vai ter uma



185 demanda muito grande e talvez isso não esteja sendo repassado, não está sendo ouvido por
186 todos os autores envolvidos. Vi que no relatório a CEMIG foi consultada, o pessoal do Capim
187 Branco foi consultado, mas e a gestão de águas como que fica? Aproveitar para falar que eu
188 acho que o Comitê e a SUPRAM, às vezes fazem, como se fossem atividades, papéis, muito
189 diferenciado, muito distintos, como se o licenciamento não influenciasse na gestão de águas e
190 nem a gestão de águas influenciasse na questão do licenciamento. Não é questão do Comitê
191 vir aqui e dar palpite na questão do licenciamento em si, mais acho que são atividades com
192 funções complementares, então um pode estar ajudando o outro né, então um pode estar
193 consultando o outro e às vezes eu vejo que não há isso, há um certo distanciamento então
194 assim é uma crítica até pessoal em relação a isso. Outra coisa que eu queria verificar e com
195 relação a análise do plano de bacia do Araguari que já está pronto, do Paranaíba que está
196 também em vias de ficar pronto, eu não sei como é o plano do Capim Branco é *Pacuera*, se
197 foi também analisado isso, se vão ser, igual PN2 também tem que ser ouvido sobre isso. E por
198 último eu tenho uma dúvida, a gente está falando de reservatórios que eu acredito que foram
199 construídos com recursos da união, a agência nacional de águas não teria que opinar sobre
200 isso? Não! Então tudo bem. Últimos pontos, a portaria de outorga já foi expedida? Então é
201 mais esses levantamentos, eu acho que antes de a gente aprovar essa L.P e essa L.I
202 concomitante, primeiro deveria ser ouvido todos os planejamentos e todos os comitês
203 envolvidos. CARLOS VALERA (PGJ) – Bom dia a todos e a todas, a linha de
204 questionamentos era mais ou menos a mesma coisa que a Nathalia já ponderou. Há rumores, a
205 Raquel está aqui e pode esclarecer, de que Uberlândia passaria a fazer sua captação nessa
206 represa, então saber se esse estudo apresentado se esse RA e PCA eventualmente eram
207 menção a essa situação. Como colocou a Nathalia, nós precisamos evoluir essa questão e
208 tratar de forma mais harmonizada, porque parece que gestão de água é uma coisa e gestão de
209 licenciamento é outra coisa. Estava consultando aqui o Dr. Thiago e ele disse que o comitê só
210 é ouvido nos empreendimentos classe cinco e seis, eu acho isso um equívoco, talvez nós
211 pudéssemos provocar a CNR para revisar essa situação. SILVIA (PRESIDENTE) – Eu vou
212 passar a palavra para equipe técnica, mais antes eu gostaria de esclarecer a conselheira
213 Nathalia e ao Dr. Carlos Valera. A DN CRH 07 não sei se o ano é 2004, a gente pode
214 consultar depois, ela define os procedimentos de outorga, só passa pelo Comitê, pela câmara
215 técnica do comitê ou pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos as outorgas de grande
216 porte. Então nessa DN especifica o que são consideradas outorgas de grande porte, e essa
217 outorga em questão, pela informação que a Kamila passou, não é de grande porte então não
218 teria que ser ouvido a câmara técnica e nem o comitê. Com relação à informação da portaria
219 da outorga, ela ainda não foi concedida, não foi publicada porque a gente faz a concessão da
220 outorga vinculada ao licenciamento para ter o mesmo prazo, ela já está com análise concluída.
221 Passo para equipe técnica. AMILTON (SUPRAM) – Acho que a presidente da mesa explicou
222 e é isso que ela falou, com relação a captação consta anuência tanto da Prefeitura Municipal
223 de Uberlândia tanto da CEMIG e também do consórcio Capim Branco. Não foi levado ao
224 comitê de bacia, pelas razões expostas pela presidente da mesa. RAQUEL (PREFEITURA
225 DE UBERLÂNDIA) – Só para complementar, se eu estiver errada está aí a equipe da
226 AMBEV que possa esclarecer, mas realmente existe, quando foi feito Miranda, foi assinado
227 um termo dando a possibilidade da prefeitura de Uberlândia captar água para abastecimento
228 da cidade, e o tanto de água que a AMBEV vai usar, foi um acerto que vai ser retirado desse
229 volume que vai ser permitido para Uberlândia, já dentro de um cálculo e um planejamento
230 futuro. RODRIGO (SUPRAM) – Só para complementar a prefeitura de Uberlândia está



231 optando por captar num reservatório de Capim Branco e não mais no reservatório de Miranda,
232 mas esta anuência dada pela CEMIG e também pelo consorcio Capim Branco, já prevê
233 inclusa essa vasão que foi repassada a AMBEV, dentro do volume repassado à prefeitura.
234 Então pela avaliação feita pela CEMIG isso não vai influir na operação e na vasão do sistema.
235 NATHALIA (OPA) – A gente já sabia que esses procedimentos da questão de análise de
236 outorga para o comitê é destinado para outorgas maiores, a questão às vezes a gente fala de
237 levar mais as coisas para o comitê, às vezes não seguindo totalmente essa normativa, é porque
238 a gente verifica que cada vez mais está instalando conflitos de água na nossa região, temos
239 algumas bacias hidrográficas aqui que cada litro de água tem que ser minimamente analisado
240 para ser destinada. A questão é, a gente está querendo verificar com todos os autores
241 possíveis, para evitar conflitos futuros, é a questão de prever uma coisa que pode vir a
242 acontecer daqui 10 ou 15 anos, então eu ainda acho que por mais que não haja uma legislação
243 que obrigue, que seja enviado para vias de fato do comitê, eu ainda acho que é interessante
244 sim repassá-lo, porque eu acho que a demanda de lá vai aumentar muito. Então eu queria
245 verificar a possibilidade desse processo ser ouvido pelos respectivos comitês, mesmo que não
246 haja uma legislação, uma norma que diga isso, para que se tenha uma segurança maior, Outra
247 coisa que eu queria verificar é a gente vai conceder uma L.P e L.I para um processo que ainda
248 não tem uma portaria de outorga esse pedido. THIAGO (FIEMG) – Eu gostaria de contrapor
249 aqui, já foi explicada a questão da DN e dos procedimentos, eu entendo o posicionamento da
250 nossa conselheira Nathalia, aqui também a discussão do nosso colega Carlos Valera, mas nós
251 temos que infelizmente ser legalistas existe o principio constitucional da legalidade, e por
252 mais que esse seja o entendimento da entidade representada aqui pela nossa colega Nathalia,
253 nós temos que nos ater a respeitar as leis porque isso que faz nosso país ser um país
254 democrático de direito. Obrigado. SILVIA (PRESIDENTE) – Vou passar para Kamila,
255 assessora jurídica da SUPRAM. KAMILA (SUPRAM) – Nathalia, quanto aos processos de
256 outorga vinculados ao licenciamento que não seja de grande porte, aqueles que não vão para o
257 comitê, o que acontece a gente também tem que lembrar que aqui no conselho tem dois
258 acentos destinados aos comitês de bacias, então esses conselheiros podem ler a pauta com
259 antecedência, podem estar discutindo isso no comitê e trazer aqui para discussão. Então quer
260 dizer, existe aqui os representantes de comitê de bacia com acento e direito a voto na
261 discussão. Quanto a questão da portaria, a portaria 49 do IGAM de 2009, define o seguinte,
262 quando a outorga está vinculada ao licenciamento a gente tem que acompanhar os prazos,
263 porque a gente não pode publicar a concessão da outorga agora? Porque a gente precisa saber
264 se o licenciamento vai ser aprovado e se for aprovado vão ser publicados juntos, daí a portaria
265 não vai ter prazo diferenciado do processo de licenciamento. Então assim como a outorga se
266 dá no âmbito da Superintendência não é nem no âmbito do conselho, a outorga já foi deferida
267 e está pendente apenas de publicação, que vai ser dada a publicação em conjunto com a
268 publicação do licenciamento ambiental. REGINALDO (UFU) - Só uma dúvida pessoal, se eu
269 como produtor rural quiser captar esse volume de 5.000 m³ por dia, num ponto próximo eu
270 vou ter a autorização da prefeitura como a AMBEV está tendo, para uma captação nesse
271 recurso. RAQUEL (PMU) – Você vai ter que fazer essa consulta com prefeito não vai ter
272 como responder. KAMILA (SUPRAM) – A prefeitura Municipal de Uberlândia, quando a
273 gente decide anuência, na verdade o que ocorreu, o processo de outorga a análise técnica foi
274 realizada aqui pela SUPRAM, o que foi feito? Foi feito uma consulta ao operador do
275 reservatório para saber se esse volume que estava sendo solicitado para outorga se iria trazer
276 algum tipo de prejuízo na geração de energia, na operação daquele empreendimento, não é



vinculado é só para saber se esse volume iria trazer algum prejuízo à operação do empreendimento, não foi ele quem decidiu sobre a possibilidade de dar outorga ou não. SILVIA (PRESIDENTE) – Esclarecido conselheiro? NATHALIA (OPA) – É só mesmo para trazer essa contribuição mesmo, eu acho que por mais que tenha essa legislação que determine isso é só para prever problemas futuros, para não acontecer igual a umas partes do Rio Claro que já está quase uma guerra, então eu acho que essas coisas deveriam sim ser mais analisadas por uma maior equipe, por um grupo maior, planos já deveriam ser estabelecidos, planos futuros, metas futuras ou verificar meios para aumentar essa disponibilidade, essa qualidade também, então eu acho que é importante até para poder assegurar nessa bacia os usos múltiplos, ou seja, quem estiver querendo ter acesso a essa água, seja produtor rural, seja indústria, seja abastecimento público que isso seja garantido tudo no futuro, para não chegar a situações extremas como nós estamos vendo agora. Porque agora todo mundo precisa da água e aí? Medidas para evitar e para amenizar esses conflitos às vezes não foram tomadas, só mesmo para trazer essa discussão aqui. THIAGO (FIEMG) – Então eu gostaria de aproveitar conselheira Nathalia e te pedir no próximo dia 20, na nossa próxima reunião do comitê de bacia do Rio Araguari, que você questione isso lá também porque a ONG tem representatividade lá e essa pró-atividade não existe lá. Nós vamos até inclusive estar aprovando o que vai ser gasto no ano que vem e nunca houve o questionamento de qualquer organização civil lá sobre o que está sendo colocado. Ou seja, o dinheiro que o PN2 tem ali para gastar ele está gastando com expedição de rio, ele está gastando com visita em reservatório, cadê os planos de execução de planos, fica forçando criação de unidade de conservação, não tem efetividade nenhuma porque o usuário está sozinho para cobrar. NATHALIA (OPA) – Eu acho que é um pouco arriscado falar das nossas ações já que não estão de dentro da OPA, a gente tem uma relação muito próxima com os comitês, os comitês que a gente não tem representatividade a gente tem a cadeira no Araguari, os que a gente não tem representatividade a gente tem colegas que trabalham nele, então assim a gente tem sim conversado muito, o presidente do comitê que é o Shimizu, a gente tem um contato muito próximo. Só que nós temos que perceber também que nossas ações vão até um determinado ponto, a gente propõe nossas observações, a gente propõe nossos questionamentos mais a gente não tem capacidade de fazer tudo o que quer, é igual aqui no COPAM nesse momento eu queria levar esse processo para o comitê, só que a gente tem que ver que é um grupo maior de pessoas e esse grupo maior tem que ter a vontade maior respeitada, não quer dizer que nossas ações e nossas atividades não estejam sendo levadas, estão sim sendo levadas, a questão é existe uma coletividade e existe um certo processo para que isso seja ouvido e para que isso seja acatado e nem sempre tudo isso é de uma forma rápida ou de uma forma aceita, a gente várias vezes encaminhou coisas para o comitê e não foi aprovado, mas o nosso papel acredito que não pode ser questionado principalmente porque não pode ser questionado por pessoas que não acompanham atividades da ONG. Acontece que nem tudo é feito da forma que a OPA quer, e nem tudo é feito da forma ágil como a OPA gostaria que fosse feita. Muito obrigada. SILVIA (PRESIDENTE) – Conselheira Nathalia, então para a gente findar essa discussão a outorga não passou pelo comitê, não passou pelo CRH porque pela norma não há previsão legal tá? Com relação a sua preocupação na análise técnica a SUPRAM já leva em consideração diversos usos múltiplos da bacia hidrográfica a equipe técnica faz análise técnica, a equipe jurídica da qualidade do quantitativo de água disponível e tem toda uma regulamentação técnica e jurídica que nós seguimos nas análises dos processos. Então neste momento vamos votar o processo, coloco em votação o item 5.2, os senhores conselheiros



que concordarem com parecer permaneçam como estão ou manifestem voto contrário. NATHALIA (OPA) – Abstenção. MOISES (FETAEMG) – Abstenção. REGINALDO (UFU) – Abstenção. SILVIA (PRESIDENTE) – Processo aprovado pela maioria com abstenção de quatro votos. Item 6.1 - Laticínios Dona Beja Ltda. – Destaque Ministério Público. CARLOS VALERA (PGJ) – A rigor é até mais um esclarecimento que eu já tratei superficialmente com a Dra. Kamila, eu queria ver a equipe técnica. Foi proposta uma medida compensatória em decorrência de uma regularização consolidada de intervenção em APP. Queria ver com a equipe técnica, não obstante se tratar de uma APP urbana, a possibilidade de fazer a averbação dessa situação junto ao cartório de registro de imóveis, ou seja, que essa área que está sendo dada como medida compensatória seja averbada junto ao cartório de registro de imóveis. ANDERSON (SUPRAM) – Essa parte seria mais jurídica Kamila, eu tenho uma proposta técnica, pois caso não seja possível temos a proposta técnica para melhorar isso aí. KAMILA (SUPRAM) – A gente já tinha conversado, eu o Dr. Carlos, e de varias tentativas que nós tivemos aqui de outros processos que a gente já analisou, o que a gente tem recebido do cartório é a negativa, de que não é possível do que a gente já consultou de averbações que a gente já tentou fazer, especificamente foi em Uberaba, e a gente teve essa negativa no cartório por se tratar de área urbana. A gente pensou em até trazer um novo título para essa área preservada para ver se o cartório ainda sim pudesse averbar não considerando ser reserva legal, e a resposta nossa também foi negativa, porque foi apresentado para gente um ofício trazendo ali os ativos da lei 6.015, trabalhando ali quais são as propostas que podem ser averbadas e registradas em cartório. Então a gente teve essa negativa por isso nosso entendimento é para não averbar. CARLOS VALERA (PGJ) – Kamila, aqui eu acho que está tendo uma confusão principiológica, essa área não tem a característica de reserva legal, ela tem característica de uma medida compensatória imposta no licenciamento, eu acho que a gente conseguiria transpor essa resistência no cartório porque o cartório tem razão, se eu dou natureza jurídica de reserva legal, não existe reserva legal urbana, então é evidente que o cartório vai se recusar a averbar, talvez uma proposta intermediária, eu queria ouvir a equipe técnica porque caros amigos conselheiros, qual é minha preocupação? Hoje tudo bem a licença está em vigor, à empresa está desempenhando sua atividade, então ela tem a condicionante amanhã se a licença vencer ela faz a opção de eventualmente mudar de atividade ou de abandonar as atividades e aquela área vai deixar de existir porque a licença perdeu sua validade, essa é minha avaliação. Então eu acho que precisa ter segurança jurídica no sentido de que essa informação não seja cumpliciada e como se trata de uma obrigação pelo próprio conselho da lei, a lei é clara e diz expressamente que a obrigação inerente a área protegida quer na modalidade de reserva, quer na modalidade de APP é obrigação, talvez a sugestão seja que nós determinássemos como condicionante a averbação da condicionante no registro, isso o cartório não pode recusar, só ficaria essa informação na matrícula do imóvel, então talvez fosse um caminho intermediário. KAMILA (SUPRAM) – Só contrapondo Dr. Carlos, quando o senhor diz que a empresa para a atividade e aquela área deixa de ser preservada, há de se considerar que se ele parar a atividade ele tem que recuperar a área de preservação permanente, ou seja, a gente não estaria ali, o vínculo que obrigasse a compensação por ele não estar mais fazendo intervenção ou explorando aquela área de preservação permanente. CARLOS VALERA (PGJ) – Mais a minha proposta não se contrapõe porque a partir do momento que ele informar o encerramento das atividades e comprovar que ela foi averbada, a SUPRAM lhe daria um termo e depois averba aquela informação, então não há prejuízo nenhum e traz segurança para todo mundo. Então a



369 proposta, eu queria agora ouvir a equipe técnica, mais a proposta seria o caminho do meio não
370 custa nada para averbar R\$7,00 ou R\$ 8,00, algo assim é por folha, é o papel que ele vai levar
371 na matrícula, tem que pegar a tabela aqui mais acho que é R\$10,00, e uma coisa barata. Mais
372 eu queria ouvir a equipe técnica. FÁBIO (FEDERAMINAS) – Eu até entendendo a
373 preocupação, mais eu acho também que vamos burocratizar mais uma vez e hoje nós temos
374 que desburocratizar, nós somos burocratas por natureza e isso atrapalha o progresso, então
375 tem que fazer uma coisa de forma que seja coerente e sistêmica. Agora vai averbar, o cara
376 parou a atividade essa área tem que voltar para ele concordo, agora quando levar para o
377 cartório isso aí vai ter que mexer com matrícula, eu não sei em relação a custos e eu não sei
378 qual seria o objetivo legal. Se um dia ele for continuar o estado vai pegar aquela área eu não
379 consigo entender o porque. SILVIA (PRESIDENTE) – Antes de ouvirmos a equipe técnica,
380 não sei qual seria a proposta mais eu gostaria de colocar que há a possibilidade de assinatura
381 de um termo de compromisso e o termo de compromisso pode ser averbado. A equipe técnica
382 se concordar ou quiser se manifestar. ALEXSANDRE (SUPRAM) – A nossa proposta seria
383 no caso isolar essa área de compensação pelas intervenções em APP dentro da propriedade,
384 isolar essa área, colocar placas identificando que essa área é uma área de compensação pelas
385 intervenções em APP realizadas dentro do imóvel, e que nelas não podem ter alteração do uso
386 do solo, corte raso, exploração para fins comerciais, cria uma série de status de reserva legal
387 nessa área no caso de zona rural. Se a gente pedir para ele averbar essa área como reserva
388 legal ele vai ter que fazer uma recharacterização de reserva legal, vai ter que fazer um
389 memorial descritivo dessa área, vai ter que averbar essa área no cartório, então o ônus para o
390 produtor é muito maior, então nossa proposta é essa. SILVIA (PRESIDENTE) – Eu acho que
391 a proposta da equipe técnica veio melhorar nossa proposta, eu acho que dá sim para fazer essa
392 delimitação dessa área e fazer um termo de compromisso e a validade desse termo seja a
393 validade da licença porque quando expirar a licença e ele finalizar as atividades, finalizou o
394 prazo do termo. ANDERSON (SUPRAM) – A gente tem até um texto aqui com a proposta no
395 anexo 1 (um), condicionante 1 (um) que é: “apresentar relatório técnico fotográfico
396 comprovando a execução do PTRF na área de medida compensatória proposta pelo
397 empreendedor” a gente acrescentaria o seguinte parágrafo a essa condicionante: “a área
398 deverá ser isolada e identificada como área de compensação pelas intervenções em APP
399 realizadas no imóvel onde não serão permitidas o corte raso, alteração do uso do solo e
400 exploração para fins comerciais”, acrescentar esse parágrafo a condicionante. CARLOS
401 VALERA (PGJ) – E aí nós poderíamos acolher a sugestão da presidente incluindo a
402 assinatura do termo de compromisso aí nós temos segurança, porque minha preocupação
403 Fábio, de averbação é a seguinte, você é solteiro e se casou, se leva sua matrícula e averba na
404 matrícula, é isso que vai acontecer, ele vai pegar o texto da condicionante e levar a averbação
405 só que essa proposta atenda a nossa finalidade, ou seja, qual é a minha preocupação? É que
406 perdido o prazo de validade da licença aquela área que foi dada como área de compensação
407 por uma intervenção já realizada, ou seja, aquilo já é do meio ambiente, aquilo é pagamento
408 por serviço ambiental perca essa natureza, mas com essa proposta intermediária atende.
409 FÁBIO (FEDERAMINAS) – Eu até concordo mas pode acontecer outras coisas também tipo,
410 por exemplo, uma área rural passa a ser uma área urbana com crescimento de uma cidade, e
411 existem outros fatores que podem além desses que vocês estão falando vir a acontecer que nós
412 não estamos extrapolando pouco aqui o que possa vir a acontecer, o que você está falando está
413 certo eu até concordo com o termo, mais você concorda também que se a cidade expandir sua
414 área urbana e essa propriedade estiver no limite de área urbana para área rural o que você esta



415 falando também “cai por água”, mesmo que ele tenha feito alguma intervenção em APP
 416 dependendo do caso ele “cai por água”, você não vai conseguir manter essa reserva até porque
 417 muda todas essas leis. CARLOS VALERA (PGJ) – Não é reserva, é isso que tem que ficar
 418 claro. Eu só queria saber como ficou a redação com a proposta da presidente para a gente
 419 fechar. ANDERSON (SUPRAM) – Só observação Dr. Carlos, é que mesmo com a assinatura
 420 do termo de compromisso, com a validade durante a vigência da licença, suponhamos que
 421 venceu a licença ele vendeu o imóvel para outro proprietário, o proprietário comprou não vai
 422 fazer mais ocupação antrópica consolidada qualquer momento ele pode retirar essa vegetação,
 423 então eu não sei se tem como Kamila, averbar como área verde? KAMILA (SUPRAM) –
 424 Não, o quê que nós vamos pedir? Nós vamos pedir um compromisso formal do empreendedor
 425 de recuperar e manter essa área, esse compromisso vai ser averbado no cartório de registro de
 426 imóveis, se a gente tiver a negativa a gente pode fazer no cartório de títulos e documentos,
 427 isso passa a ser um título executivo extrajudicial, de um eventual descumprimento que possa
 428 ser executado. Se vender tem que ver essas condições, esse proprietário pode assumir isso
 429 mais isso não é o problema. CARLOS VALERA (PGJ) - Olha só, esse é o problema vender o
 430 imóvel, tem que estar na matrícula por isso a necessidade de averbar, até por segurança dos
 431 empreendedores se vai comprar uma área você tem que saber o ônus que repõe sobre ela.
 432 Então eu acho que a proposta da presidente fecha com a questão do cartório, você tem a
 433 redação Kamila para a gente colocar? Sem prejuízo da proposta das placas enfim do
 434 isolamento, assinar termo de compromisso que deverá ser averbado junto a matrícula ou
 435 cartório de títulos e documentos. FÁBIO (FEDERAMINAS) – Se o novo comprador muda de
 436 atividade ele compra um ônus você concorda? Ai ele tem que fazer um novo compromisso
 437 para refazer a área de APP e intervenção para liberar essa área? É isso? CARLOS VALERA
 438 (PGJ) – Não porque ai ele já sabe que tem essa condição que não pode mexer naquela área.
 439 FÁBIO (FEDERAMINAS) – Vida eterna? CARLOS VALERA (PGJ) – É porque ele está
 440 dando como compensação, porque é pagamento ambiental. FÁBIO (FEDERAMINAS) –
 441 Tudo bem, ele pode fazer depois a troca não pode não de recomposição da área, se mudar a
 442 atividade? CARLOS VALERA (PGJ) – Pode sim, respeitado os parâmetros mínimos para
 443 aquela atividade sim. Isso existe hoje até com a reserva legal, você pode realocar a reserva
 444 legal. SILVIA (PRESIDENTE) – Senhores conselheiros nós estamos aqui elaborando a
 445 proposta, a equipe técnica e jurídica para colocar em votação. EUSTAQUIO (SEDRU) - Só
 446 um questionamento que eu tinha dado uma olhada, eu não solicitei destaque mais eu gostaria
 447 de perguntar, é só um esclarecimento, o esgoto doméstico produzido lá, ele é destinado para
 448 mesma estação de tratamento que estão sendo destinados os resíduos industriais? SILVIA
 449 (PRESIDENTE) – Equipe técnica da SUPRAM. ANDERSON (SUPRAM) – Sim, o esgoto
 450 sanitário é tratado junto da ETE industrial. EUSTAQUIO (SEDRU) – Se eu não me engano
 451 aqui foi colocado que o lodo do esgoto doméstico ele vai ser destinado para agricultura, eu sei
 452 que tem um estudo em relação à existência de ovos de helmintos em lodo de estação de
 453 tratamento, e existe a liberação para você utilizar esse tipo de lodo sem desinfecção para você
 454 fazer adubação orgânica? ANDERSON (SUPRAM) – Esse lodo vai ser aplicado em uma área
 455 de eucalipto, não é área de consumo humano. EUSTAQUIO (SEDRU) – Tudo bem mais você
 456 tem problema de lixiviação, você pode ter o carreamento desses patógenos para cursos d’
 457 água, então você tem que saber se tem alguma coisa na legislação que impede porque ao que
 458 eu sei esse tipo de lodo teria que ser destinado a aterro sanitário não? ANDERSON
 459 (SUPRAM) – Esse lodo não possui característica como perigoso, não é classificado como
 460 resíduo perigoso. EUSTAQUIO (SEDRU) - Por isso que eu tinha questionado se era, porque



461 se fosse só o fruto desse lodo, fosse o tratamento do esgoto só industrial que é só a base de
 462 leite aí não seria problema, mas pelo que estou vendo dos sanitários, os outros também estão
 463 indo para esse lugar, então dentro desse tratamento faz parte do tratamento dejetos humanos
 464 então é por isso que eu queria saber se foi feito algum estudo disso ou se a legislação permite.
 465 Eu sei que não pode utilizar esse tipo de lodo para nenhum tipo de cultura rasteira de
 466 consumo, só para cultura permanente, mais aqui não foi determinado que era só em plantação
 467 de eucalipto, foi marcado para uso agrícola ou está marcado que é em plantação em
 468 eucaliptos? ANDERSON (SUPRAM) – Vai chegar só em área de eucalipto. EUSTAQUIO
 469 (SEDRU) – Está ok então. SILVIA (PRESIDENTE) – Esclarecido conselheiro?
 470 EUSTAQUIO (SEDRU) – Está esclarecido. MARCO TULIO (FAEMG) – O registro no
 471 cartório de títulos e documentos tem que ver se esse documento não vai ter um valor no final,
 472 porque o registro lá é feito a cobrança, a taxa é feita pelo valor. Dependendo do valor do
 473 documento fica muito caro fazer um registro no cartório de registro de títulos e documentos.
 474 Então nesse sentido seria preferível para o empreendedor registrar no cartório de registro de
 475 imóveis e não constar na condicionante o registro do cartório de títulos e documentos.
 476 SILVIA (PRESIDENTE) – Então senhores conselheiros o parecer da SUPRAM tem três
 477 condicionantes, a gente incluiria a quarta condicionante que a proposta é a seguinte redação:
 478 “Celebrar termo de compromisso para execução da medida compensatória pela intervenção
 479 em área de preservação permanente. Prazo 3 meses”. A outra proposta seria a alteração da
 480 condicionante 1 (um), que terá a seguinte redação: “Apresentar relatório técnico fotográfico
 481 comprovando a execução do PTRF na área de medida compensatória proposta pelo
 482 empreendedor. A área deverá ser isolada e identificada como área de compensação pelas
 483 intervenções em APP, realizadas no imóvel onde não serão permitidas o corte, a alteração do
 484 uso do solo e a exploração com fins comerciais. Prazo maio 2013”. Então senhores
 485 conselheiros a quarta condicionante com sugestão do Dr. Carlos Valera “celebrar termo de
 486 compromisso com averbação no cartório de registro de imóveis para execução de medida
 487 compensatória pela intervenção em área de preservação permanente. Prazo 3 meses”. Como
 488 essas condicionantes foram sugeridas pela equipe a gente vai inseri-las no próprio parecer da
 489 SUPRAM. Então os senhores conselheiros que concordarem com parecer da SUPRAM...
 490 desculpa Fernando verdade, destaque da ABES do Fernando. FERNANDO RUAS (ABES) –
 491 Somente uma sugestão para equipe técnica, no anexo 2 (dois) do automonitoramento fazer a
 492 inclusão do parâmetro, quando se trata de efluentes líquidos. Quanto ao parâmetro de
 493 efluentes líquidos entrada e saída da ETE a inclusão do parâmetro vasão e alterar a frequência
 494 até para ficar em consonância com o outro laticínio do próximo item passar de bimestral para
 495 mensal fazer essa sugestão para a equipe técnica. ANDERSON (SUPRAM) – A equipe
 496 técnica concorda com a inclusão do parâmetro para vasão e também da alteração da
 497 periodicidade para mensal uma vez que se trata de uma licença de instalação corretiva com
 498 ampliação e a outra só corretiva, que no caso vai ocorrer melhoria na estação de tratamento
 499 dos dois laticínios, eles estão adequando a ETE e melhorando a ETE. Assim sendo a fase de
 500 L.O a equipe já pensa futuramente, quando sair a L.O adotar bimestralmente esse
 501 monitoramento. Por se tratar de uma L.C ele está operando hoje com uma ETE menos
 502 eficiente que será no futuro a gente concorda com a periodicidade mensal. SILVIA
 503 (PRESIDENTE) – Ok, conselheiro? THIAGO (FIEMG) – Antes de finalizar, o prazo das
 504 condicionantes de três meses é um prazo adequado? SILVIA (PRESIDENTE) – Nós
 505 colocamos três meses pensando no período de recesso de janeiro, então ele terá até março
 506 para fazer, assinar o termo com órgão. KAMILA (SUPRAM) – Conselheiro Thiago, ele vai



507 fazer o requerimento da celebração do termo, na verdade tudo mais que vai ocorrer é aqui, nós
 508 que vamos elaborar, vamos chamá-lo para assinar, então quer dizer que acaba que aqui que
 509 vai fazer. MARCO TULIO (FAEMG) – Eu não sei como funciona os cartórios aqui, mais lá
 510 em Uberaba dificilmente teria tempo hábil para averbar esse documento em três meses, os
 511 cartórios de lá não conseguem, não são três meses na verdade porque vai ter que esperar o
 512 recesso, assinar o termo, mandar para o cartório. SILVIA (PRESIDENTE) – Senhores
 513 conselheiros, eu gostaria de esclarecer que três meses é para ele assinar o termo de
 514 compromisso com a SUPRAM, aí no termo a SUPRAM determina em conjunto com
 515 empreendedor qual vai ser o prazo para averbação no cartório, ok senhores? Então neste
 516 momento vamos colocar em votação o item 6.1. Os senhores conselheiros que concordarem
 517 com parecer da SUPRAM permaneçam como estão ou manifestem voto contrário. Processo
 518 aprovado. Item 7.1 Laticínios União Total Ltda – destaque Fernando (ABES). FERNANDO
 519 (ABES) – Novamente no automonitoramento dos efluentes líquidos fazer a sugestão para
 520 equipe da SUPRAM e aos conselheiros que se adote a mesma redação do item anterior, ou
 521 seja, nós estaremos acrescentando o parâmetro temperatura que não tem e mantendo a
 522 periodicidade mensal. ALEXSSANDRE (SUPRAM) – A gente concorda com a temperatura e
 523 a frequência já está mensalmente. FERNANDO (RUAS) – É só para dar a mesma redação
 524 porque são tipologias diferentes e no caso aqui esse parâmetro ABS foi colocado aqui, ele na
 525 verdade é detergente não é? Não é isso? Só para a gente manter a padronização. Concorda?
 526 ALEXSSANDRE (SUPRAM) – Ok concordo. SILVIA (PRESIDENTE) – Mais alguma
 527 dúvida dos senhores conselheiros? Já que não há nenhuma manifestação colocamos em
 528 votação o item 7.1. Os senhores conselheiros que concordarem com parecer da SUPRAM
 529 com a alteração, sugerida pelo conselheiro Fernando (ABES), permaneçam como estão ou
 530 manifestem voto contrário. Processo aprovado. Item 8.1 Joaquim Menezes Ribeiro da Silva –
 531 destaque do Ministério Público. CARLOS VALERA (PGJ) – É o mesmo problema da
 532 votação anterior, eu queria ouvir a equipe técnica para a gente incluir e dar a mesma solução,
 533 é a mesma hipótese é a questão da medida compensatória por intervenção. KAMILA
 534 (SUPRAM) – Eu queria esclarecer que esse processo é um pouco diferente, porque o
 535 empreendedor arrenda 4.6 hectares do proprietário é uma área pequena de 11 hectares, então
 536 nós vamos ter que ajustar a melhor forma que essa medida compensatória seja assegurada,
 537 porque esse compromisso do arrendatário de preservar uma área de 1 hectares de que ele não
 538 tenha a propriedade não seria o melhor instrumento, acho que a gente vai ter que buscar aqui
 539 como a gente vai trabalhar essa questão. CARLOS VALERA (PGJ) – O arrendatário está se
 540 obrigando a uma responsabilidade que é do proprietário, ele está recuperando uma área de
 541 preservação permanente de outra propriedade que quem deveria preservá-la pela legislação
 542 seria o proprietário, ou eu estou enganado? KAMILA (SUPRAM) – Não, é porque ele
 543 executa a atividade em área de preservação permanente, parte da estrutura da atividade dele
 544 por uma condição natural tem que intervir em APP. Até a gente tem juntado nos autos uma
 545 autorização do IBAMA, mais na época o IBAMA como medida estabeleceu só a efetiva
 546 recuperação das APP's da propriedade e pensando nisso a gente entendeu que deveria
 547 recuperar uma área a mais, só que essa área, ela tem que estar dentro da área de arrendamento
 548 dele, só que isso talvez possa prejudicar a operação do empreendimento. CARLOS VALERA
 549 (PGJ) – Sem dúvida por causa da rigidez locacional, porque então até atendendo a sugestão
 550 do conselheiro Fábio, nós não condicionamos um prazo para que ele apresente essa proposta
 551 de compensação e nós aplicamos aí a regra que definimos. CAMILA (SUPRAM) –
 552 Realmente dentro da área que ele arrenda, a área de arrendamento é só 4 hectares ele não teria



553 como compensar 1 hectare porque ele precisa dessa área para executar a atividade. A gente já
 554 condicionou com a intenção não da averbação mais do cumprimento da compensação no item
 555 2 para que ele apresente essa proposta diária para compensação com o seguinte texto:
 556 “apresentar proposta diária de no mínimo 1 hectare para fins de compensação pela
 557 intervenção em APP. A área deverá ser fora da APP e reserva porém preferencialmente
 558 contígua a essa. Caso necessário enriquecimento da área, deverá acompanhar sua proposta
 559 PTRF elaborada por um profissional habilitado acompanhada de RT e cronograma de
 560 execução”. CARLOS VALERA (PGJ) – Está ótimo Camila, só acrescentar o que nós
 561 deliberamos aqui, indicada a área será celebrado o termo que será levado a registro. Pronto,
 562 resolveu nosso problema. MARCO TÚLIO (FAEMG) – Bem, mais eu não sei como que ele
 563 vai fazer um registro na matrícula do imóvel que não é dele, o imóvel é do proprietário.
 564 CARLOS VALERA (PGJ) – Sr. Marco Tulio é averbação, só averbação. MARCO TULIO
 565 (FAEMG) – Sim, mais como ele vai se comprometer, fazer o compromisso de averbar uma
 566 área na área do proprietário? Precisaria no mínimo de anuência do proprietário. CARLOS
 567 VALERA (PGJ) – Mais é ele quem vai indicar a área. MARCO TULIO (FAEMG) – O
 568 arrendatário vai indicar uma área que não é dele. CARLOS VALERA (PGJ) – Ele vai
 569 comprar. MARCO TULIO (FAEMG) – A bom! se ele comprar uma área que se transforma
 570 dele. CARLOS VALERA (PGJ) – É isso por isso que a condicionante afirmou que ele quem
 571 vai indicar. CAMILA (SUPRAM) – Porque o entendimento da SUPRAM é que o executor da
 572 atividade, o arrendatário, tem que ter uma área própria para ele compensar não teria como ele
 573 compensar dentro da área que ele está arrendando porque causaria um ônus para o
 574 proprietário da área, então nessa proposta a gente quer ver onde vai ser essa área, ele vai
 575 adquirir essa área e em que local pode ser. Ressaltando que pode ser fora da área de
 576 propriedade de intervenção. THIAGO (FIEMG) – Eu respeitosamente Dr. Carlos Valera, eu
 577 gostaria de manter a condicionante no texto original sem acrescentar a questão da averbação.
 578 CARLOS VALERA (PGJ) – Então nessa perspectiva, ou seja, que a Camila colocou ele faria
 579 a proposta e obviamente dependendo da proposta nós trabalharíamos com a hipótese do termo
 580 do registro. Só para mim situar, primeiro que é uma L.O.C. Não, porque a gente poderia
 581 condicionar para ele apresentar a proposta até a L.O por exemplo. A entendi, então atende,
 582 com esse esclarecimento atende. SILVIA (PRESIDENTE) – Acho que a gente deveria
 583 permanecer como está a condicionante. CAMILA (SUPRAM) – Só lembrando que ainda foi
 584 condicionado ele apresentar relatório fotográfico comprovando a execução conforme o
 585 cronograma de execução que ele vai apresentar. FABIO (FEDERAMINAS) – Eu estou
 586 olhando aqui, acabei de ligar para o pessoal que mexe com cartório, leva-se em torno de 45
 587 dias, se estiver tudo certo, se a escritura da fazenda estiver tudo legal certíssima, e um custo
 588 de R\$ 1.200,00 por hectare. Então não estamos falando de uma coisa simples não viu
 589 companheiro, o negocio não impacta para você que é funcionário público, para mim talvez.
 590 CARLOS VALERA (PGJ) – Essa informação não é verdadeira, te informaram errado pega a
 591 tabela de custos aqui, você vai averbar o papel, você não vai mexer com reserva legal, você
 592 não vai transferir o domínio, você simplesmente vai dizer assim: “tem um papel que é minha
 593 licença ambiental eu quero que seja feita uma averbação na matrícula”, não tem esse custo eu
 594 trago na próxima reunião. FABIO (FEDERAMINAS) – Ok, então nós temos que trazer antes
 595 de colocar essas coisas para julgamento porque nós não sabemos o que estamos julgando.
 596 Ninguém tem esse dado aqui na mesa, por favor se alguém tiver fale. CARLOS VALERA
 597 (PGJ) – Fale por si, eu sei muito bem o que estou julgando. FABIO (FEDERAMINAS) –
 598 Então qual é o valor? CARLOS VALERA (PGJ) – Se tiver um tempo eu vou na internet e já



599 pego o valor da averbação. FABIO (FEDERAMINAS) – Quando estiver aqui na mesa nós
 600 votamos e decidimos, do contrário nem entremos em julgamento porque não sabemos o que
 601 estamos falando. SILVIA (PRESIDENTE) – Srs. Conselheiros, nós não estamos votando a
 602 assinatura do termo não Fabio, nós estamos votando o parecer como estava desde o início,
 603 talvez você se perdeu durante a discussão, nós estamos votando como estava. FABIO
 604 (FEDERAMINAS) – Eu acho que na anterior nós já votamos errado. SILVIA
 605 (PRESIDENTE) – A anterior nós já votamos. FABIO (FEDERAMINAS) – Tudo bem, mais
 606 votamos errado todo mundo aqui errou nós temos que saber o que erramos e fazer certo daqui
 607 em diante. SILVIA (PRESIDENTE) – Você está achando que talvez nós tenhamos errado,
 608 você não tem essa informação com precisão. FABIO (FEDERAMINAS) – É de R\$ 7,00 para
 609 R\$ 1.200,00 se não for erro eu fugi da matemática. MARCO TULIO (FAEMG) – Só queria
 610 esclarecer Fabio, eu também sou da opinião do Dr. Carlos eu sei muito bem o que eu estou
 611 votando aqui inclusive sobre preços eu me manifestei sobre o de títulos e documentos que eu
 612 sei que é caro. Agora eu acho que em cada votação não é possível dizer votamos errado ou
 613 não, você diz votei errado ou não, você tinha todo direito de levantar e falar eu sou contra e
 614 consta na ata e sua responsabilidade está eximida infelizmente é assim que funciona a maioria
 615 ganha. CARLOS VALERA (PGJ) – Só para aproveitar a experiência do Dr. Marco Tulio que
 616 mexe muito com registro de imóveis porque advoga nessa área lá, o preço para se averbar um
 617 documento na matrícula é R\$ 1.200,00 por hectare? MARCO TULIO (FAEMG) – Não é não,
 618 é uma taxa realmente baixa eu não sei o valor, eu estou com computador eu posso até olhar
 619 aqui mais vai ser uns R\$ 10,00 por folha, eu vou olhar aqui é já informo. KAMILA
 620 (SUPRAM) – Conselheiro Fábio, só para esclarecer a celebração de termo de compromisso
 621 para conferir ao proprietário ou empreendedor de recuperar uma área não é novidade, a lei
 622 14.309\ 2002 para recuperação de APP de reserva legal é bem clara, então tem que ser
 623 registrado, tem que ser averbado e isso a gente faz com muita tranquilidade e sempre fez, o
 624 que a gente está anotando e para fazer isso nas áreas de medida compensatória que em uma
 625 leitura geral a gente pode usar a mesma sistemática porque ele está conferido a recuperar uma
 626 área em razão de uma intervenção em APP, está plenamente possível sem nenhum problema e
 627 a gente não fez nada contra a legalidade. FABIO (FEDERAMINAS) – Eu sei que é possível,
 628 o meu questionamento é que é uma atitude nova que estamos fazendo para quando tem
 629 intervenção em área de APP então por isso que estou falando desses impactos. Eu gostaria de
 630 saber tudo que for gasto pelo empreendedor, que vai tirar dinheiro do bolso, nós temos que
 631 saber o que estamos falando isso que eu quero dizer porque se não só joga a responsabilidade
 632 por cima do empreendedor e ele não tem dinheiro para fazer tudo que se pede, então
 633 precisamos saber o quanto de dinheiro estamos tirando do bolso dele, é isso que quero dizer.
 634 SILVIA (PRESIDENTE) – Ok, mais algum questionamento senhores conselheiros? Então
 635 colocamos em votação o item 8.1, os senhores conselheiros que concordam com parecer da
 636 SUPRAM permaneçam como estão ou manifestem voto contrario. Processo aprovado. Item
 637 9.1 Usina Uberaba S.A. destaque Ministério Público. CARLOS VALERA (PGJ) – Seguindo a
 638 sistemática do conselho, observo que é um empreendimento classe 5, então queria afazer a
 639 proposta da inclusão da condicionante da lei do Snuc com redação padrão da SUPRAM.
 640 ANDERSON (SUPRAM) – Esse posto, acho que no parecer está descrito, ele já foi
 641 contemplado alguns itens dele na licença da usina como um todo. Eu tive até o cuidado de
 642 procurar se quando entrou na usina o Snuc, da usina todo ele foi contemplado, mas não foi
 643 realmente não, e concordamos com o Snuc. FABIO (FEDERAMINAS) – Lei do snuc mais
 644 uma vez, para grandes empreendimentos classe 6,5 e de grande impacto ambiental. O que é



645 grande impacto ambiental? Mais uma vez eu queria dizer que isso aqui está muito subjetivo,
 646 nós estamos colocando transportadoras tem um caminhão diesel estamos colocando lei do
 647 Snuc, tem transportadora com 1.000 caminhões que tem muito mais impacto não tem nem
 648 subordinação COPAM. SILVIA (PRESIDENTE) – Srs. conselheiros mais algum
 649 questionamento? O Valera colocou a proposta de uma inclusão da condicionante seria a
 650 condicionante número 7, após a votação do parecer da SUPRAM a gente coloca em votação a
 651 inclusão da condicionante do Ministério Público. Mais algum questionamento? Então neste
 652 momento nós iremos colocar em votação o item 9.1, os senhores conselheiros que
 653 concordarem com parecer da SUPRAM permaneçam como estão ou manifestem voto
 654 contrário. Processo aprovado. Agora nós votaremos a inclusão da condicionante número 7
 655 (sete) que seria com a redação padrão do SISEMA da aplicação da lei do Snuc. Os senhores
 656 conselheiros que concordarem com a inclusão dessa condicionante permaneçam como estão
 657 ou manifestem voto contrário. THIAGO (FIEMG) – Voto contra por não ter encontrado no
 658 parecer o EIA/RIMA para quantificar o significativo impacto ambiental. MARCO TULIO
 659 (FAEMG) – Pelo mesmo motivo. FERNANDO (ABES) – Contra pelo mesmo motivo. ALEX
 660 (SEDE) – Contra pelo mesmo motivo. FABIO (FEDERAMINAS) – Contra pelo mesmo
 661 motivo. SILVIA (PRESIDENTE) – Condicionante aprovada pela maioria com 5 (cinco) votos
 662 contra sendo da FIEMG; FAEMG; ABES; SEDE e FEDERAMINAS. Item 10.1 José Hiroiti
 663 Okuiama/Lote 28, destaque do Ministério Público. CARLOS VALERA (PGJ) – É o mesmo
 664 problema senhora presidente, então eu gostaria de ver qual solução a Dra. Kamila tem como
 665 sugestão. O mesmo problema que tange a medida compensatória por intervenção em APP.
 666 ALEXSSANDRE (SUPRAM) – O texto do isolamento, identificação está inserido dentro do
 667 parecer, a gente propõe seria uma condicionante para celebrar o termo de compromisso para o
 668 proprietário assinar. CARLOS VALERA (PGJ) – Só para entender, aquela solução que nós
 669 demos no processo que já foi votado e aprovado vocês estão incluindo no parecer?
 670 ALESSANDRE (SUPRAM) – Não, ele já está incluso na página 12 (doze) desse parecer.
 671 CARLOS VALERA (PGJ) – Falta então a questão da celebração do termo e averbação junto
 672 ao registro. ALEXSSANDRE (SUPRAM) – Sim, como condicionante. SILVIA
 673 (PRESIDENTE) – Então senhores conselheiros mais algum destaque? Algum
 674 questionamento? Então colocaremos em votação o item 10.1, os senhores conselheiros que
 675 concordarem com as duas alterações sugeridas pela SUPRAM e com parecer da SUPRAM
 676 permaneçam como estão ou manifestem voto contrário. Processo aprovado. Item 10.3
 677 Indústria e Comércio de Laticínio Shalom Ltda, destaque ABES. FERNANDO (ABES) –
 678 Novamente o automonitoramento do efluente líquido, fazer a sugestão a equipe técnica para
 679 manter a padronização com os outros empreendimentos se colocado o parâmetro vasão e por
 680 ser uma L.O.C que explicaram que os parâmetros estão dentro sugiro manter bimestral.
 681 ANDERSON (SUPRAM) – A gente concorda com a inclusão do parâmetro vasão só
 682 ressaltando que ele não realiza monitoramento ainda, a gente está optando pela periodicidade
 683 bimestral pela estrutura da ETE que ele possui hoje. FERNANDO (ABES) – Então eu sugiro
 684 que mantenha o monitoramento mensal e assim que ele tiver um histórico já dentro dos
 685 parâmetros mudar essa periodicidade, até para manter o padrão com os que já foram
 686 aprovados anteriormente. ANDERSON (SUPRAM) – Os anteriores como eu expliquei por se
 687 tratarem de L.I.C, eles estão melhorando a ETE deles até que eu falei que L.O o parâmetro
 688 seria bimestral depois da ETE instalada, e como isso se trata de L.O.C na verdade não está
 689 ampliando nada, ele tinha uma AF ele entrou com a L.O.C porque a capacidade de
 690 armazenamento dele ultrapassava a AF e a capacidade nominal dele seria maior que a AF.



Podemos colocar bimestral ou voltar para mensal também. FERNANDO (ABES) – Eu pelo princípio da precaução sugiro que como não tem manter mensal, assim que tiver um histórico você pode passar para bimestral, essa seria minha sugestão. ANDERSON (SUPRAM) - De acordo. FERNANDO (ABES) – OK. SILVIA (PRESIDENTE) – Mais algum questionamento? Então senhores conselheiros votamos neste momento o item 10.3, os senhores conselheiros que concordarem com parecer da SUPRAM com alteração sugerida pelo conselheiro da ABES, permaneçam como estão ou manifestem voto contrário. Processo aprovado. Item 10.4 Central Beton Ltda destaque da SUPRAM. CAMILA (SUPRAM) – Só fazer algumas correções no parecer, na primeira página na capa onde está responsável técnico Cleber de Almeida José Júnior eu peço que retire pois ele não foi responsável técnico pelos estudos. Na folha 1 (um) no terceiro parágrafo onde está escrito licença de instalação, na verdade é licença de operação; e no automonitoramento anexo 2 (dois) item 2 efluentes atmosféricos, onde está escrito “local de amostragem de chaminé do filtro de manga” entende-se saída do filtro de mangas. Obrigada. SILVIA (PRESIDENTE) – Vamos passar a palavra ao representante da empresa. CAROLINA (Central Beton) – Vou passar a palavra para o consultor explicar o processo de efluentes atmosféricos. CLEBER (Ecosis Ambiental Ltda) – Bom dia a todos, exclusivamente nesse processo da unidade de Patos de Minas não fomos nós que fizemos mais nós temos assessorado a empresa em outros empreendimentos do grupo tanto no estado de Minas Gerais, como em São Paulo e Rio de Janeiro, sendo que o grupo aqui em Minas tem 40 unidades de usinas de concreto comum para aplicação na construção civil. Eu vou aproveitar e fazer o mesmo questionamento para os dois processos, para o de Patos de Minas e para o de Uberaba. Essas usinas possuem um silo de cimento, e, por exemplo, eu sou um concreteiro ou uma usina quer comprar concreto para determinada obra ou montar uma unidade e vender o serviço de concreto, então se eu for ao mercado e comprar uma usina de concreto eles vão me vender um silo de cimento e inicialmente no topo desse silo é colocado um filtro de manga chamado de filtro estático, que ele tem duas finalidades. A primeira finalidade é que quando o cimento é descarregado nesse silo, utiliza-se um caminhão tipo pote que na verdade o cimento sai do tanque desse caminhão através de uma incursão com ar comprimido. Então quando você transfere esse cimento que é o sólido a granel para esse silo você está injetando ar comprimido. Então o objetivo desse filtro é um cilindro que tem dentro desse cilindro uma série de filtros de manga, com estruturas metálicas e a parte superior dele é como se fosse tipo um chapéu chinês que a gente vê em caldeiras ou outras chaminés de outros processos industriais, e ele não tem ventilador e nenhum outro sistema mecânico que faz o fluxo. A função dele é reter o material particulado que é o cimento e despejar diretamente esse cimento dentro do próprio silo. Esse é um dos objetivos desse filtro. O segundo objetivo é que a hora que eu estou tirando o cimento desse silo e jogando na betoneira, que é onde que eu vou juntar com a brita, a água, areia e aditivos para produzir o concreto, eu vou criar um vácuo dentro do silo, ou deformar as paredes metálica desse silo, ou material não vai sair a partir do momento porque vai criar uma pressão negativa. Então o objetivo desse filtro é justamente permitir que o ar saia da parte externa para dentro do silo, então esse é o objetivo desse filtro. A Central Beton fez uma remoção desse filtro na parte superior dos silos por duas razões, primeira por questão de segurança que fica no topo as operações de manutenção é perigosa e teria que ter um procedimento bastante rígido para garantir a integridade das pessoas, e o segundo objetivo seria para facilitar a manutenção dessas mangas e manutenção desse sistema. Então ele foi tirado do topo do silo e colocado junto à base do silo e a tubulação foi levada até ele, do topo do silo até esse sistema



737 de filtragem. O cimento que é retido ali é removido através de uma rosca, transportado através
738 de uma rosca fechada e ela joga diretamente dentro da balança que está de baixo do silo, joga
739 direto nessa balança então não há geração de material particulado. Então não trata de um filtro
740 de processos, é um sistema de despoeiramento, de contenção de sólidos quando se carrega o
741 filtro, e a permissão que o ar entre dentro do silo. Como está sendo pedido um monitoramento
742 do material particulado na saída do equipamento, isso não é possível de ser feito nesse tipo de
743 equipamento porque para eu proceder esse monitoramento eu tenho que usar o método
744 isocinético e eu tenho que usar o procedimento para uma fonte de emissão, quer dizer é um
745 duto onde eu estou promovendo a emissão de algum material, material particulado, gás ou gás
746 que seja de algum processo produtivo. Então em outras unidades que for licenciada
747 infelizmente às vezes passou isso a despercebido e nós chegamos até por questão de
748 economia processual discutir isso aqui nesse momento, depois vir a SUPRAM e explicar de
749 forma documental a impossibilidade de executar esse monitoramento que está sendo pedido.
750 Então nesse sistema não tem como fazer o monitoramento que está sendo pedido e além da
751 economia processual isso às vezes causa alguns problemas porque há uma morosidade de que
752 a análise do pedido da exclusão da condicionante voltar a câmara ser novamente discutida a
753 exclusão da condicionante para que depois a empresa fique de forma regular no seu
754 licenciamento. Então o que nós estamos pedindo aqui é o que nós já temos em outras
755 unidades licenciadas em outras regiões e outras unidades regionais colegiada do COPAM.
756 SILVIA (PRESIDENTE) – Equipe técnica. CAMILA (SUPRAM) – A gente entendeu a
757 explicação do consultor de não ter como monitorar a saída do filtro de mangas, então a equipe
758 técnica sugere trocar a condicionante mais continuar pedindo o acompanhamento atmosférico
759 pelo princípio da prevenção e sugerir que seja monitorada em pontos estratégicos do
760 empreendimento o material particulado, no entorno do empreendimento para a gente
761 conseguir avaliar a qualidade do ar. FERNANDO (ABES) – Qual a distância de casas
762 próximas a esse empreendimento? CAMILA (SUPRAM) – A área está inserida no distrito
763 industrial do município de Patos de Minas, então não tem residência na área de entorno.
764 FERNANDO (ABES) – Ok, obrigado. SILVIA (PRESIDENTE) – Só um minuto, que o
765 conselheiro gostaria de fazer um questionamento para equipe técnica, aí a gente já houve a
766 equipe. SIDNEI (SEDRU) – Só com respeito a usina de Patos de Minas, está colocado aqui
767 com relação aos efluentes sanitários que ele tem uma fossa séptica com filtro anaeróbico e ele
768 é recolhida pela JTS localização de bens móveis, a qual possui regularização ambiental. Só
769 um questionamento para a equipe técnica, foi verificado qual que é a destinação dada a esse
770 efluente sanitário? Essa empresa possui estação de tratamento de resíduos? CAMILA
771 (SUPRAM) – Essa empresa tem licença ambiental, ela tem uma declaração de não passível
772 para operar e foi apresentado para a gente uma nota da ETE de Patrocínio, a EPA emitiu uma
773 nota que recebe o efluente através da empresa JTS locação de bens e móveis, que é o efluente
774 gerado na Central Beton Unidade de Patos. SIDNEI (SEDRU) – Então pelo que eu estou
775 entendendo eles fazem a limpeza da fossa séptica em Patos e transportam isso até Patrocínio.
776 Essa empresa JTS possui licenciamento para fazer esse transporte também? CAMILA
777 (SUPRAM) – O licenciamento dessa empresa é para limpeza de fossa séptica e o parâmetro
778 estabelecido pelo DN é o número de caminhões que fazem esse transporte. SIDNEI (SEDRU)
779 – Não, eu entendi que ela tem a regularização para fazer a limpeza, eu quero saber se ela tem
780 para fazer o transporte da cidade de Patos de Minas até a cidade de Patrocínio, porque pelo
781 que eu sei as empresas que fazem esse tipo de recolhimento tem que ter licenciado as rotas de
782 transporte que ela faz. SILVIA (PRESIDENTE) – Sr. Conselheiro, pela DN 74 de 2004 no



783 estado de Minas Gerais só é regularizado transporte de resíduos e produtos perigosos, então
784 não se enquadra nessa situação, então ele não teria que ter licenciamento ou qualquer ato
785 autorizativo do Estado para fazer esse transporte. SILVIA (PRESIDENTE) – Então a nova
786 condicionante que a equipe técnica tem que redigir para a gente, por favor. Vamos ouvir o
787 empreendedor. CLEBER (Central Beton) - Estão me pedindo um monitoramento no entorno.
788 De que forma, que norma nós vamos utilizar, frequência, nós precisamos saber disso porque é
789 vago eu como técnico é vago para mim fazer um monitoramento em torno do
790 empreendimento para medir o particulado, sendo que nós temos que seguir segmentos
791 técnicos normatizados. JOSÉ ROBERTO (SUPRAM) – Empreendedor a questão é o
792 seguinte, precisamos do monitoramento de qualidade do ar, como fala que não tem condições
793 de fazer a medição do particulado na fonte, nós já vimos equipamento que tem esse sistema e
794 causam grande problema de emissão de particulado. Então nós queremos que seja feito esse
795 monitoramento no entorno do empreendimento. SILVIA (PRESIDENTE) – Jose Roberto, é o
796 mesmo monitoramento que vocês estavam solicitando, só está mudando a localidade, com as
797 mesmas normas e mesma periodicidade? JOSE ROBERTO (SUPRAM) – Periodicidade sim,
798 a periodicidade que vai ter vai depender da instalação dos equipamentos, que a equipe do
799 empreendedor vai definir os pontos onde vai ser colocado o ryvol para saber se realmente esse
800 equipamento atende o que ele fala que a finalidade do equipamento é reter os particulados,
801 então na vistoria não havia nenhum caminhão, a gente quer saber, porque futuramente pode
802 falar que foi feito, atende e não há prejuízo para o meio ambiente. Então a gente sugere a
803 condicionante para que seja feito o monitoramento no entorno com ryvol. SILVIA
804 (PRESIDENTE) – Ok, condicionante está pronta Camila? CAMILA (SUPRAM) – Então a
805 condicionante do anexo 2 vai ficar com seguinte texto: “Monitorar os efluentes atmosféricos
806 no entorno do empreendimento. Local: Em pontos críticos situados no entorno determinado
807 por responsável técnico acompanhado de RT. A frequência dos monitoramentos devem ser
808 encaminhadas a SUPRAM semestralmente e os resultados das análises devem vir
809 acompanhados pelas respectivas planilhas de campo e de laboratório, bem como certificado
810 de calibração de equipamentos de amostragem e os relatórios deverão conter a identificação,
811 registro profissional, anotação de responsabilidade técnica e assinatura do responsável pelas
812 amostragens”. SILVIA (PRESIDENTE) – Srs. Conselheiros alguma dúvida? Então neste
813 momento colocamos em votação o item 10.4, os senhores conselheiros que concordarem com
814 parecer da SUPRAM com a alteração da condicionante permaneçam como estão ou
815 manifestem voto contrário. Processo aprovado. Item 10.5 Central Beton Ltda – destaque da
816 SUPRAM. CAMILA (SUPRAM) – Só uma correção na página 2 (dois), na introdução onde
817 fala licença de instalação é licença de operação, e a mudança da condicionante da mesma
818 maneira. Vai ficar com seguinte texto anexo 2 (dois) efluentes atmosféricos: “Monitorar os
819 efluentes atmosféricos no entorno do empreendimento. Local: Em pontos críticos situados no
820 entorno determinado por responsável técnico. Os relatórios devem ser encaminhados
821 semestralmente para SUPRAM TMAP e os resultados das análises devem vir acompanhados
822 pelas respectivas planilhas de campo e de laboratório, bem como certificado de calibração de
823 equipamentos de amostragem e os relatórios deverão conter a identificação, registro
824 profissional, anotação de responsabilidade técnica e assinatura do responsável pelas
825 amostragens”. SILVIA (PRESIDENTE) – Algum questionamento dos senhores
826 conselheiros? Então neste momento nós colocamos em votação o item 10.5, com as mesmas
827 observações do parecer anterior, os senhores conselheiros que concordarem com parecer da
828 SUPRAM permaneçam como estão ou manifestem voto contrário. Processo aprovado. Item



829 12.1 - Usina Alvorada Açúcar e Alcool Ltda – destaque da SUPRAM. Então vamos passar o
830 destaque primeiro para o Ministério Público. CARLOS VALERA (PGJ) – Mais uma vez o
831 problema do primeiro processo, ou seja, a questão de garantir a efetividade da medida
832 compensatória, a Dra. Kamila vai nós dar. KAMILA (SUPRAM) – Então nós vamos incluir a
833 condicionante 2 (dois) para que o empreendedor celebre termo de compromisso que será
834 averbado no cartório de registro de imóvel para execução de medida compensatória pela
835 intervenção em APP no prazo de 3 (três) meses. A medida compensatória, a área é de 6.51
836 hectares que é somado a regularização em intervenção em APP da L.O.C do empreendimento.
837 MARCO TULIO (FAEMG) – Só para que a gente possa votar, o conselheiro possa votar com
838 mais tranquilidade, na tabela de emolumentos 2012, portaria 1856/2011, R\$11,10 de
839 emolumento mais R\$ 3,49 de taxa que da R\$ 14,59 o registro. SILVIA (PRESIDENTE) –
840 Mais algum questionamento? TENENTE CARLOS ALBERTO (POLÍCIA DE MEIO
841 AMBIENTE) – Só para mim situar em questão de fiscalização, essa área vai ser no mesmo
842 município? KAMILA (SUPRAM) – Essa área é dentro da propriedade que é usina alvorada.
843 TENENTE CARLOS ALBERTO (POLICIA DE MEIO AMBIENTE) - E no caso, não esse
844 processo, no caso de área arrendada? KAMILA (SUPRAM) – Ele vai apresentar proposta, a
845 equipe vai analisar e buscar a melhor maneira de fazer um instrumento que vincule que essa
846 área é medida compensatória pela intervenção em APP. TENENTE CARLOS ALBERTO
847 (POLICIA DE MEIO AMBIENTE) – Ok, esclarecido. MARCO TULIO (FAEMG) – Só para
848 esclarecer, isso é da área da usina, o arrendamento, as áreas arrendadas são feitas cada
849 licenciamento de forma separada e ai possui outras condições. SILVIA (PRESIDENTE) –
850 Mais algum questionamento senhores conselheiros? Então colocaremos em votação o item
851 12.1, os senhores conselheiros que concordarem com parecer da SUPRAM, com a inclusão da
852 condicionante número 2 (dois) permaneçam como estão ou manifestem voto contrário.
853 Processo aprovado. Neste momento nós passamos para o último item da nossa pauta, **Item**
854 **13- Proposta de agenda anual para as reuniões da Unidade Regional Colegiada - URC**
855 **do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba para o ano de 2013. Apresentação:**
856 **Superintendente Regional da SUPRAM TMAP – RODRIGO (SUPRAM) – Bom dia a**
857 **todos, todos ai já tem a proposta sugestão de datas, a gente tentou conciliar as datas com as**
858 **previsões de feriados e fizemos uma inversão no mês de março para dar uma equivalência**
859 **entre as reuniões para não ficar uma próxima da outra então a gente fez uma mudança e**
860 **colocou dia 15/03 para ter uma certa equivalência entre todas durante o ano, já fazendo**
861 **previsão dos feriados, carnaval, então essa ai é a proposta para ser colocada em votação.**
862 **SILVIA (PRESIDENTE) – Esclarecido senhores conselheiros? Vocês já conseguiram analisar**
863 **as datas? Podemos então colocar em votação o calendário? Os senhores conselheiros que**
864 **concordarem com a proposta de calendário da SUPRAM permaneçam como estão ou**
865 **manifestem voto contrário. Proposta aprovada. Então nós daremos encerramento a nossa**
866 **reunião agora às 11:07 minutos, mais antes de encerrar eu gostaria de agradecer a presença de**
867 **todas as instituições que representaram aqui durante o ano de 2012, dizer que foi um prazer**
868 **muito grande para mim participar das reuniões, e que tem contribuído bastante para o**
869 **desenvolvimento do trabalho na SUPRAM Noroeste de Minas porque eu e o Rodrigo temos**
870 **tentado relacionar nossas ações, as nossas atividades e que as duas SUPRAM's trabalhem da**
871 **mesma forma então tem sido enriquecedor para ambas as SUPRAM's. Dizer para equipe**
872 **técnica, para o Rodrigo que a gente tem observado que todos os trabalhos de vocês atendem**
873 **as normatizações técnicas e que todos os trabalhos são pautados nos princípios jurídicos e que**
874 **tem sido um prazer e orgulho representá-los aqui enquanto presidente da URC. FABIO**



875 (FEDERAMINAS) – Eu gostaria de fazer uma colocação aqui, até pedir desculpas para os
876 companheiros aqui não é nada de ofender não, muito pelo contrário eu acho que o debate é
877 construtivo e eu acho que falei que todo mundo errou até porque nós não tínhamos esses
878 valores e a todo momento quando se fala em averbação, nós estamos pensando em área e
879 intervenção em APP e não no documento. Então da minha parte houve essa falha e eu queria
880 pedir desculpas aos companheiros e dizer que tudo que acontecer nessa mesa nós temos que
881 falar é aqui porque aqui que é lugar de debate mesmo. Então deixar essa colocação aqui.
882 Obrigado. SILVIA (PRESIDENTE) – Conselheiro, este conselho é participativo, é
883 democrático, nós temos que respeitar todas as manifestações, respeitar as pessoas, mais a
884 gente tem que tomar cuidado para não ofender e não trazer nada de pessoal para essa
885 discussão, porque se não nós perdemos o grande objetivo e o grande mérito do COPAM, que
886 foi o primeiro conselho instituído a nível nacional de meio ambiente. O COPAM foi instituído
887 em 1997, anterior mesmo ao CONAMA, o CONAMA é baseado no modelo de Minas, então
888 isso aqui é um papel muito importante que os senhores representam e que a instituição traz e
889 eu tenho certeza que a equipe da SUPRAM ao elaborar um processo, analisar, toma todos os
890 cuidados necessários para que realmente ocorra o desenvolvimento sustentável. FABIO
891 (FEDERAMINAS) – Só para complementar, eu parabenizo o COPAM, eu acho que eu sou o
892 conselheiro mais velho dentro do órgão eu sou na mesa o único que está aqui desde a criação
893 do COPAM, aliás eu sou anterior a criação do COPAM. Então realmente o COPAM tem um
894 papel fundamental que na verdade já tivemos debates muito mais fervorosos que chegaram a
895 conclusão que mudou o destino de muita coisa, então a responsabilidade que nós temos nesse
896 conselho aqui, acho que extrapola até o nosso entendimento mesmo, então novamente
897 parabenizo a presidência e conte conosco. THIAGO (FIEMG) – Também gostaria de
898 agradecer a nossa presidente SILVIA, ao nosso superintendente RODRIGO, e dizer que o Rui
899 está de volta ao nosso COPAM, ele me ligou hoje de manhã por compromissos anteriores ele
900 não pode vir mais o ano que vem ele estará conosco, e anunciar que nós vamos buscar aí junto
901 a Belo Horizonte mais um programa da Federação das Indústrias para nossa região que é o
902 Minas Sustentável que hoje é o carro chefe do nosso presidente Dr. Olavo que resumidamente
903 vai buscar o diagnóstico das indústrias da nossa região, entender que há necessidade e que a
904 parceria do estado possa chegar nessa indústria para que ela tenha sua regularização
905 ambiental, então esse esforço o ano que vem se nós conseguirmos vai ser imenso e eu gostaria
906 da ajuda de vocês. SILVIA (PRESIDENTE) – Posso pedir também que esse seja um projeto
907 implantado na região Noroeste de Minas. FERNANDO RUAS (ABES) – Eu gostaria de
908 agradecer a recepção de todos e principalmente a paciência da equipe técnica com os
909 questionamentos e fazer uma sugestão a Superintendência, eu estou notando aqui que no mês
910 de junho a 100ª reunião no mês que se comemora o meio ambiente, eu sei que se for possível
911 em questão de custos, a gente fazer alguma coisa diferente nessa 100ª reunião porque é uma
912 data marcante igual o Fábio falou que está aqui desde a primeira, a 100ª realmente é um
913 marco então fazer essa sugestão Rodrigo. Muito obrigado. SILVIA (PRESIDENTE) – Passo a
914 palavra para o conselheiro Valera. CARLOS VALERA (PGJ) – Eu também como maior
915 demandante da SUPRAM, o que mais emite requisições e outras solicitações, queria Rodrigo
916 na sua pessoa e na da Kamila, agradecer a cada servidor, cada colaborador pela atenção e pelo
917 trato sempre prestativo nas questões afetas as promotorias de meio ambiente aqui da nossa
918 região. Eu não preciso repetir isso até porque é consenso do nosso conselho que os níveis a
919 serem dados aos nossos técnicos reproduzem na qualidade e na preocupação que os pareceres
920 apresentados trazem. Então eu não poderia nesse momento deixar de fazer esse registro e de



921 forma muito carinhosa agradecer a presidente Silvia, que desloca de Unaí para vir presidir
922 nossas reuniões e assim sempre imprimindo um ar, como eu vou dizer, feminino e
923 apaziguando nossos ânimos não é Fabio, controlando nossos ímpetos então eu queria também
924 te agradecer Silvia de coração e desejar a todos aos quais não verei mais boas festas e um
925 ótimo ano novo. PATRICIA (SETOP) – Queria agradecer aqui também a equipe da
926 SUPRAM, que vem ao longo desses anos nos ensinando a reprogramar os projetos de
927 reprogramação das estradas, nos ensinando o cuidado na execução que isso tem trazido para
928 empresa e para o próprio órgão um novo conceito e uma nova forma de pensar e de trabalhar,
929 que tem vindo partindo de vocês para aprimorar essas ações. Obrigada. NATHALIA (OPA) –
930 Também agradecer toda equipe da SUPRAM, o conselho também, às vezes as pessoas olham
931 para gente e pensam que a gente está duvidando do sistema, não é nosso objetivo esse, a gente
932 simplesmente tem mais esse papel de questionar, e talvez nessa questão do questionamento de
933 enviar essas informações aqui para SUPRAM, toda vez que a gente encaminhou o e-mail
934 porque gerou alguma coisa sempre nos respondeu, sempre nos atendeu muito bem, então é
935 mais esse papel de tentar contribuir um pouco com esse sistema. A gente acompanhou durante
936 um tempo, não só a OPA mais outras ONG's, acompanha a evolução da SUPRAM, a
937 evolução do COPAM, então a gente quer cada vez mais que esse conselho fique melhor e ele
938 está caminhando para isso. Então agradecer a todo mundo que tem compartilhado e ajudado
939 nesse conselho tornando ele cada vez melhor para a gente. Obrigado. RODRIGO (POLICIA
940 DE MEIO AMBIENTE) – Sra. Presidente, aproveitar aqui o ensejo em nome da Policia de
941 Meio Ambiente agradecer a SUPRAM e a todo SISEMA, a equipe pelo imenso apoio que
942 sempre nos tem prestado principalmente nas atividades de fiscalização de campo sempre que
943 nós temos demandado o SISEMA e a SUPRAM, nós somos prontamente atendidos e é esse
944 suporte que faz a gente ter condições de prestar o melhor trabalho para sociedade. Este ano
945 nós tivemos varias fiscalizações que às vezes até não é da alçada da SUPRAM, o José
946 Roberto nosso companheiro, esse ano nós fizemos várias fiscalizações ai e tem procurado nos
947 atender mesmo não sendo de sua competência. Então fica o agradecimento da Policia de Meio
948 Ambiente e a todos os companheiros e conselheiros aqui, que é a ultima reunião do ano, que
949 todos tenham um feliz natal e um próspero ano novo para que no próximo ano nos possamos
950 estar aqui novamente. Obrigado. FLAVIO (SEDE) - Bom em nome da Secretaria de
951 Desenvolvimento Econômico, eu queria agradecer o Rodrigo, a Silvia mais de modo geral a
952 todas as Supram's que muitos nos apoiam para atração de política de investimento para o
953 Estado de Minas Gerais. Nós sabemos que a parcela de participações de vocês nesse processo
954 é muito importante que é a regularização ambiental. Não só agradecer a equipe da SUPRAM
955 que a gente sabe que se desdobra nos pareceres porque há um volume grande de pareceres e a
956 equipe é reduzida, como agradecer também a cada conselheiro que diretamente apoia o estado
957 na atração de investimento e desenvolvimento sustentável do Estado. RODRIGO (SUPRAM)
958 – Eu queria agradecer a palavra de todos e deixar um agradecimento aqui também a Raquel,
959 eu acho que foi muito produtivo ai essa aproximação da Prefeitura de Uberlândia e Secretaria
960 de Meio Ambiente com a SEMAD, acho que ambos puderam crescer nesse contato e o
961 objetivo é esse é a gente divulgar e disseminar essa questão ambiental ai e capacitar as
962 prefeituras a prestar um serviço mais adequado e nós também sabermos identificar essa
963 demanda na nossa regional. Então eu gostaria de agradecer a gente sabe da mudança do
964 governo mais nós estamos à disposição para frente ai o que vier. Gostaria também de
965 agradecer a todos os conselheiros por esse ano que passamos juntos dessa produtividade, o
966 conselho é isso discutir colocar as ideias e a gente chegar na melhor solução eu acho que não



967 existe opinião errada ou opinião certa é a discussão que tem que ser boa. Nós temos que
968 chegar e levantar isso aqui esse é o momento e o local para a gente fazer isso. A gente procura
969 levar também nada no pessoal e acho que todos não têm que levar também que é discussão de
970 ideias, todo mundo tem suas ideias e seus objetivos e acho que a gente tem que chegar na
971 melhor solução. Gostaria de desejar a todos um feliz natal, boas festas que o próximo ano seja
972 tão produtivo ou mais quanto esse, que a gente possa ter uma condição melhor de
973 desempenhar nosso trabalho e dar resposta a sociedade. Então a gente aguarda o próximo ano
974 com uma certa ansiedade para ver se nós vamos ter um ano melhor e mais produtivo. Então eu
975 agradeço a presença de todos e espero que o ano que vem todos estejam aqui para a gente
976 desempenhar esse trabalho tão produtivo e benéfico a sociedade. Em nome de todos muito
977 obrigado. **Item 14 – Encerramento** – SILVIA (PRESIDENTE) - Então finalizamos a nossa
978 reunião uma boa tarde a todos e até a próxima reunião no mês de fevereiro.
979 Nada mais havendo a ser tratado, a presidente agradeceu a presença de todos e deu por
980 encerrada a sessão e eu, Danielle Teixeira Pinto , lavrei a presente Ata que segue por ele
981 assinada. Uberlândia, 18 de Janeiro de 2013.

982
983
984
985 SILVIA CRISTIANE LACERDA – (presidente suplente)